

## GT 54. Políticas, etnografias e campos da extensão universitária na antropologia brasileira

### **POLÍTICAS AFIRMATIVAS COMO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PARTICIPAÇÃO DE ANTROPÓLOGOS(AS) COMO MEDIADORES DE SUAS CONTROVÉRSIAS.<sup>1</sup>**

**Marcos Silva da Silveira**  
**UFPR/DEAN/PPGA**  
**Políticas Públicas – Inclusão - Racismo**

O objetivo desta comunicação é compartilhar a minha experiência com políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná, junto a estudantes negros e indígenas e a partir do diálogo com outros antropólogos(a)s envolvidos nestas políticas em outras Universidades do Sul do Brasil.

Comecei trabalhando no NEAB – Núcleo de estudos afro-brasileiros e no NAPA – Núcleo de acompanhamento de políticas afirmativas, que existiu entre os anos de 2009 e 2010, recebendo e tentando solucionar os diversos problemas dos estudantes indígenas na Universidade, e lidando com os problemas dos estudantes negros, entre 2008 e 2012. Também presidi a banca de verificação da auto declaração racial entre os anos de 2010 e 2012. Até hoje trabalho com o acompanhamento da Educação superior indígena.

Uma série de questões surgem a partir desta atuação com a implementação dessas políticas públicas. Os antropólogo(a)s e outros pesquisadores envolvidos terminam servindo como mediadores entre duas posições distintas: a burocracia universitária e os movimentos sociais e suas reivindicações, cujos interesses são difíceis de conciliar. As políticas afirmativas são mal-entendidas e mal aplicadas na Universidade por uma série de agentes responsáveis pelas suas implementações. A Universidade não consegue abrir mão de uma ideia de um “Estudante universal” diante do qual as demandas específicas de indígenas, quilombolas, negros urbanos e até de alunos de escola pública pouco se encaixam.

Trabalhei diretamente com políticas afirmativas voltadas para estudantes indígenas e negros entre os anos de 2005 e 2014. Atualmente, continuo fazendo parte do Comitê gestor para o componente indígena da Universidade Federal do Paraná, que se posiciona com relação a diversos problemas que estes alunos enfrentam. Basicamente, é possível afirmar que este é um campo de controvérsias, quando o vemos como um campo de investigação. A primeira controvérsia vem a ser justamente essa, qual o papel de antropólogos frente a estas políticas?

O conceito de “Controvérsia” está sendo bem utilizado na antropologia brasileira atual. Se tomamos a discussão de Giumbelli(2002)<sup>2</sup> sobre este tema e outras questões metodológicas, nos deparamos com algumas questões importantes para este trabalho. Antropólogos são ou podem ser envolvidos em controvérsias que estudam e o estudo destas controvérsias e o papel

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.”

<sup>2</sup> GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n. 48, p. 91-107, 2002  
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13951.pdf>

do antropólogo nestas merece ser devidamente problematizado. Estamos falando de situações nas quais as definições da realidade que se quer estudar são controversas, exigindo um cuidado com a produção e a análise dos dados.

Este tema já foi motivo de um extenso debate, eu mesmo produzi dois artigos a respeito, a partir da minha experiência na UFPR. No primeiro(2017)<sup>3</sup> eu chamava a atenção de que essas políticas eram um tipo de atividade de extensão, complicada, já que atividades de extensão não são muito privilegiadas pela Antropologia, mais dedicada a atividades de ensino e pesquisa. Embora o papel dos antropólogos junto a essas políticas fosse controverso, por razões próprias a um fazer antropológico engajado a determinados movimentos sociais que se politizavam desde os anos 70, muito havia e há a ser dito e discutido, como, por exemplo, a questão das identidades sociais e da identificação no Brasil, um tema muito complexo e complicado. No segundo artigo eu me dedicava a uma controvérsia em particular, em torno da categoria PARDO, que incomoda aqueles que tem que lidar com a verificação da auto identificação, em bancas que promovem uma heteroclassificação racial.<sup>4</sup>

Este tema também é alvo de um largo debate, já que as cotas para Negros, seja em vestibular seja em concursos públicos, entende que NEGROS são aqueles que se declaram PRETOS e PARDOS a partir das categorias do Censo do IBGE. Na prática, existem muito mais candidatos autodeclarados Pardos do que Pretos, não só no Paraná, o que corresponde a diferença entre estes grupos na população como um todo. Os pretos sempre passam pelas bancas de heteroclassificação sem problemas, mas vários pardos não. Na prática, as bancas têm que efetuar uma distinção entre os “pardos negros” e os “pardos brancos” o que não é a mesma coisa que separar Brancos de Negros. Essas bancas tem o propósito de evitar fraudes, pessoas brancas que se declaram pardas para concorrer a cursos muito concorridos nas universidades federais, como Medicina, Direito, Comunicação e as Engenharias, mas acabam apontando para a dificuldade da auto identificação, e de sua verificação, em se tratando de pessoas Pardas.

Há necessidade de se verificar a auto declaração dos candidatos negros que tem acesso ao vestibular pelas cotas raciais não é entendida da mesma maneira nas universidades do Sul do Brasil. Vale a pena falar rapidamente sobre esta situação. Na UFPR existia banca de verificação desde o início do Programa, em 2005. A Banca era um momento importante na negociação entre o Movimento Negro Paranaense, que participava ativamente, a direção da UFPR, que por uma série de circunstâncias mudou logo depois de começar a implementação das cotas e os próprios candidatos. Quando do início da Lei Federal, em 2014, essa banca foi suspensa. Ela não era

---

<sup>3</sup> <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2018/01/Suplemento-84-102.pdf>

<sup>4</sup> [file:///C:/Users/Acer/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2491-457-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Acer/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2491-457-PB%20(1).pdf)

muito do agrado de vários pesquisadores e professores vinculados ao NEAB na época, de fato eu creio que o único que participava com interesse era eu, que sempre defendi a banca, pois percebia que a mesma era um momento importante para os estudantes que estavam entrando na Universidade por esta via.

Quando começou a Cota Federal, sem as bancas, os funcionários do registro acadêmico começaram a reclamar da ausência de estudantes Pretos, e, no lugar, da presença de estudantes brancos que alegavam ter algum ancestral negro. Eles começaram uma mobilização, junto ao NEAB, à Pro reitoria de graduação e aos coletivos negros para a volta da Banca. A pro reitoria, após consultar a Procuradoria da Universidade, deu início a um processo de discussão para a composição de uma nova banca, para os estudantes do PPI – pretos, pardos e indígenas. A banca indígena dificilmente acontece, por falta de candidatos, mas a dos pretos e pardos sim. Sua composição atual vem a ser: um representante da Universidade, dos órgãos responsáveis pelas políticas de inclusão, geralmente da PROGRAD; um representante dos coletivos negros da Universidade e um representante da área jurídica, indicado pelo Direito, para resolver qualquer problema jurídico que surja. Quando do início desta nova banca, os representantes do Direito não sabiam muito bem o que fazer, já que o treinamento é realizado na prática mesmo.

Na Universidade Federal de Santa Catarina a situação é bem diferente. Houve uma grande controvérsia entre a Universidade e os coletivos negros com relação à banca. Os coletivos não queriam, num primeiro momento e depois não queriam muito a participação dos representantes da Universidade nesta iniciativa e em outras, preferiam assumir sozinhos o processo. Houve uma grande polêmica, com manifestações que se somaram a outras questões complicadas que a UFSC atravessou recentemente. A presença de pesquisadores não é muito aceita por estes coletivos, mesmo se negros. É um quadro bem delicado e é delicado falar dele.

Na UFRGS, existe banca de verificação, que é coordenada por um coletivo de funcionários negros da Universidade. O complicado aqui é o processo. Eles não conversam com o candidato, apenas olham para ele para definir se é realmente negro ou não, segundo seus próprios critérios de avaliação. Mas o candidato não tem direito a falar. Eu pude fazer uma conversa por Skipe com esse coletivo, a pedido da profª Denise Jardim. Foi uma discussão tensa, pois eu apresentei como as coisas são feitas na UFPR, onde os candidatos são entrevistados e as minhas questões sobre o problema dos pardos, que tem raízes profundas nos sistemas de classificação racial do Brasil. Coloque a minha posição, que se deve falar de NEGROS, cotas para Negros, e não para Pretos e Pardos. Espero ter contribuído de alguma forma com a reflexão deles. O tema é controverso e está em pauta.

Podendo participar, mais uma vez, dos debates do GT 28 na 42 Encontro anual da ANPOCS – Relações raciais: desigualdades identidades e políticas públicas e da Mesa Redonda

“O novo cenário para os estudos das relações raciais no Brasil pós cotas: consequências, desdobramentos e desafios” foi possível constatar, dentro deste mesmo tema, que outra controvérsia, dentro deste tema, presente na UFPR é de fato nacional. A atual geração de estudantes negros, que entram nas Universidades por cotas, e que vem se organizando em coletivos negros, tende a aproxima a categoria NEGRO da categoria PRETO. Neste movimento, a uma recusa em reconhecer a categoria Pardo como legítima e em reconhecer certos Pardos como Negros. A geração que lutou para implementar as cotas raciais nas Universidades sempre insistiu em considerar NEGROS os pretos e pardos, com base nos estudos pioneiros de Hosebalg(1979)<sup>5</sup> que mostra como estes grupos tem indicadores sócio econômicos semelhantes em relação aos brancos, podendo ser agrupados numa categoria só de Negros. A nova geração, que se beneficia destas políticas não se vê desta maneira, entendendo que os pretos são os verdadeiros negros e que existem pessoas ocupando essas vagas sem merece-las, já que não seriam alvo dos preconceitos e discriminações que eles sofrem. Muita coisa se cruza aqui, além da questão das gerações, o uso dos indicadores econômicos e a dinâmica de uma relação fundamental neste tipo de questão, a relação entre ativistas e acadêmicos, num campo onde muitos ativistas são ou se tornaram acadêmicos, professores e pesquisadores, desenvolvendo uma série de atividades de extensão para esses novos públicos, ao mesmo tempo em que ativistas que se debruçam sobre estes novos temas, começam a politizar os seus esforços intelectuais, em movimentos que também levam a participar de uma série de atividades de extensão, que somente agora vão encontrando um espaço legítimo. Quando essas políticas começaram, trabalhar com elas tinha como resultado uma certa exclusão ou marginalidade dentro da Universidade. Agora isso está mudando. A UFPR, particularmente, vem desenvolvendo políticas de extensão universitária, onde muitas destas iniciativas encontram espaço para acontecerem.

Enquanto estive ligado ao NEAB da UFPR participei de diversos cursos de extensão promovidos ou apoiados por este Núcleo ou pelas Pró reitorias de Graduação e Extensão, diretamente envolvidas com essas políticas de inclusão. Essas atividades contam dentro da Universidade, mas, diante das exigências da CAPES e CNPQ, com relação à pós-graduação, contam bem menos. Esse não é o único problema. Noutro evento acadêmico, a RAM, realizada em dezembro de 2017, em Posadas, misiones, argentina, em mesas com representantes de universidades do Sul do Brasil e da Argentina, foi possível ouvir diversos depoimentos de antropólogas e antropólogos que tem trabalhado com políticas de inclusão de estudantes

---

<sup>5</sup>[https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-\\_carlos-hasenbalg.pdf](https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf)

negros e indígenas em suas respectivas universidades e que acabam se vendo numa posição muito desconfortável de não agradar a ninguém, no final das contas.

O quadro é mais ou menos o mesmo em toda a parte. No caso de estudantes indígenas, existe uma demanda dos grupos de certas regiões para terem acesso a certos cursos universitários. Tal demanda é atendida com políticas de inclusão, mas que não vem devidamente acompanhadas de políticas de permanência. Os estudantes indígenas tem seus próprios problemas com relação a permaneces e a concluir os cursos, mas estes problemas não são exatamente os mesmos dos demais estudantes, de tal maneira que os responsáveis pelo atendimento aos problemas estudantis não sabem lidar, sobrando para os antropólogos e outros pesquisadores associados a estas iniciativas uma certa obrigação em tentar resolve-los. Embora haja o apelo à diversidade, a existência de estudantes que não são como os demais, não é bem trabalhada dentro das instituições. Termina-se sendo uma espécie de intermediário entre os estudantes indígenas e os funcionários das Universidades, em diálogos muito tensos.

A burocracia, como já discutira tão bem Herzfeld, em suas diversas obras, tende a uniformizar os diversos membros de uma sociedade em seus papeis e tipos ideais, com os quais trabalha. Daí “os estudantes”, “o povo”, “os carentes”, e quando chegamos aos “incluídos” os “indígenas”, os “negros”, realmente se está diante de uma situação que pede alguma outra abordagem e alguma outra atitude. É claro que apresentar um tipo ideal desse tipo de situação também é reproduzir essa mentalidade burocrática, mas, chamou a atenção, nas mesas da RAM, que a situação fosse tão similar em meia dúzia de instituições brasileiras e outras tantas da Argentina. Para escapar destas limitações apresentarei brevemente uma situação vivida na UFPR com relação aos estudantes indígenas, que toca nestes pontos.

### **Como Manter a Bolsa Indígena**

Quando o programa da Educação Superior Indígena começou na UFPR, em 2005 também, fazia parte de um programa maior da FUNAI, com bolsas de estudo mantidas por aquela Fundação, mais alguns auxílios que a UFPR concedia a alunos carentes através de diversos programas de assistência. Gratuidade no Bandeirão, auxílio moradia e uma pequena bolsa de permanência. Esta bolsa da FUNAI terminou migrando para o MEC, dentro de um programa de Educação Superior Indígena deste ministério, que se responsabilizou por este programa. Ao mesmo tempo, com a mudança da gestão na reitoria da UFPR, a assistência estudantil aos negros e índios piorou, uma vez que esses têm dificuldades de se encaixar nos critérios exigidos pelos formulários da Universidade. Um problema vem a ser com as declarações

de moradia, quando o estudante vem de aldeias onde não existem contas de água ou de luz. Existem uma série de certidões que são difíceis de obter pelo estudante indígena.

Com os cortes de verbas nas Universidades que começaram em 2015/2016 a situação foi ficando pior. Os critérios para a concessão de bolsas foram ficando mais rigorosos e mais excludentes para esses estudantes. No início de 2018, o ministério do planejamento finalmente bloqueou os valores alocados para a Bolsa Superior Indígena fazendo com que a Universidade tivesse que buscar outras alternativas de financiamento. Uma reunião foi convocada às pressas, com representantes dos estudantes indígenas e do Comitê Gestor para ver o que se poderia fazer, no início do semestre, logo após a recepção da nova turma de estudantes indígenas. A recepção é sempre um momento solene, com a presença dos pró reitores e de representantes dos diversos setores da Universidade, além dos membros do Comitê gestor e do Núcleo dos Estudantes Indígenas. Alguns estudantes veem com os pais ou outros parentes, servem um coffee Break, tem falas formais.

A questão é que o contexto nacional das Universidades e das políticas de inclusão mudara. O primeiro problema levantado é que os recursos que veem para a Universidade têm destinações certas, portanto não se pode alterar certas rubricas. A questão indígena terminou na PRAE – a pró reitoria encarregada de cuidar da assistência estudantil, mais do que na PROGRAD que é quem cuida do vestibular indígena, da recepção dos estudantes e da solução dos seus problemas. Os recursos da PRAE não estavam alocados para a educação indígena, em especial, então havia realmente um problema.

Os estudantes contra argumentavam que o primeiro ano na Universidade é o mais difícil para eles. Na UFPR não há moradia estudantil, as aldeias são distantes e os estudantes precisam se ambientar com os seus cursos. Encarar esses desafios sem dinheiro é inviável. A PRAE manteve o auxílio moradia e o auxílio alimentação – a gratuidade no bandeirão. Mas a dificuldade surgia com relação as bolsas de permanência, que estavam com recursos muito reduzidos e que não previam ações para além da ação universal para os estudantes carentes. Surgiu uma dificuldade em encaixar os estudantes indígenas em alguma subcategoria dentro da noção universal e coletiva do “estudante carente”, mesmo o atual reitor sendo da área do Direito. O fato é que muitos estudantes indígenas não conseguem comprovar a renda familiar, então não conseguem entrar no programa da Bolsa de Permanência. A CGU faz auditorias nos programas de bolsas exigindo documentações e pareceres sobre cada caso. Os auditores não entendem o que acontece na Universidade, e a mídia gosta de explorar esses casos., fazendo das bolsas estudantis um tema preferencial das auditorias.

A pró reitoria de assistência tinha aberto um edital para calouros e outro para veteranos, com mil bolsas para os primeiros e quatro mil bolsas para os segundos. No caso, era necessário

encaixar os cerca de 40 estudantes indígenas dentro deste conjunto de 5000 estudantes vulneráveis. O problema é que o número de estudantes que se inscreveu nos programas duplicou, já que 25% dos estudantes da Universidade são cotistas de baixa renda. Até 2016 os recursos eram suficientes, mas em 2017 começaram a faltar. Uma opção seria o enquadramento do Indígena dentro de alguns temas pontuais, vulnerabilidades e agravantes sociais, já que pelas classes socioeconômicas de renda eles não tinham como serem encaixados. Com o fim da Bolsa MEC as ações emergenciais se tornariam permanentes, o que também exige um parecer da Universidade sobre o caso. O que estava acontecendo era uma discrepância entre cadastro e inclusão. Os estudantes estavam sendo cadastrados, mas não estavam recebendo os benefícios.

Vieram à tona alguns casos bastante complicados. Houve uma estudante que a assistente social responsável esqueceu de cadastrar, porque tinha um nome igual a de uma outra estudante em outro Campus. No caso de outro estudante, ele até recebeu, mas dentro de um processo tão complicado e difícil de ele entender, que ele achou que não receberia mais e foi embora de volta para a sua aldeia, na Amazônia.

Internamente, se constatava a necessidade de se conferir a situação de cada estudante com eles mesmo e de todos os estudantes informarem ao Núcleo dos estudantes indígenas a sua situação para que este informasse a PRAE sobre o conjunto dos estudantes e os seus problemas. Trata-se de um aprendizado institucional de situações para as quais ainda não existem soluções de como proceder.

As discussões terminaram com propostas emergenciais de aumentar os auxílios – moradia, alimentação, creche – diminuindo às permanências. As vantagens, nenhuma. Os estudantes indígenas começaram ganhando R\$1100,00 com as bolsas FUNAI e Permanência da UFPR. Depois passaram para R\$900,00 com a bolsa MEC. Em 2018 estavam com os auxílios da UFPR e lutando para manterem uma bolsa permanência de R\$400,00. Ao mesmo tempo, a discussão caminhou para por que se faz certos procedimentos para os estudantes indígenas e não para todos?

A questão fica complicada, pois, resulta que, diante da dificuldade de lidar, definir e defender políticas diferenciadas para grupos diferenciados se quer definir uma nova universalidade? Em primeiro lugar, tal discussão me levou até as discussões de Louis Dumont(1985)<sup>6</sup> sobre as dificuldades do Individualismo moderno trabalhar com um horizonte universalista e igualitário diante das diferenças evidentes e das diferenças que ele mesmo gera. Como lidar com o diferente a partir da igualdade? Criando uma igualdade que contenha todas as diferenças para ser universal? São temas caros a antropologia, mas até que ponto

---

<sup>6</sup> DUMONT, Louis. 1985. *Ensaio sobre O Individualismo*. Rio de Janeiro: ROCCO

antropólogos estão sendo chamados a participar de discussões sobre estes temas e em que instâncias da burocracia universitária ? No caso da UFPR , alguns antropólogos participam e participaram desses momentos de negociação na qual se tenta explicar como a Universidade funciona para os estudantes indígenas e negros, mais do que se tenta explicar para os setores de tomada de decisão da Universidade como são as demandas específicas dos estudantes negros e indígenas.

Situações surgem. Em 2011, o NEAB produziu um documento “Políticas afirmativas no Ensino superior” com trabalhos resultado das pesquisas de diversos pesquisadores que estavam trabalhando com esse tema. O relatório foi entregue em cópias e disponibilizado on line para a direção da Universidade, que estava terminando uma gestão. Não houve nenhuma resposta, nenhum comentário e o relatório on line nunca foi disponibilizado a Universidade como um todo no site oficial da UFPR. Foi um “banho de água fria”, que desestimulou o grupo de pessoas que vinha trabalhando à época no Núcleo. As relações da Reitoria com o NEAB esfriaram bastante depois deste episódio.

Quando da reeleição desse mesmo reitor em 2012, foi solicitado ao NEAB que fizesse um documento sobre a situação das políticas inclusivas. Eu escrevi um pequeno texto para o programa deles sobre o tema. Depois, quando a mesma gestão reassumiu o cargo, quando levamos algumas reivindicações para a pro reitora de Graduação, tivemos o desprazer de ouvir que “Para a Gestão, todos os estudantes são iguais e devem ser tratados como iguais. Políticas afirmativas são políticas de acesso não de permanência”. Estava sendo questionadas algumas coisas bem básicas: No caso indígena, a documentação necessária para a bolsa permanência e outros auxílios, mas também a flexibilização de horários de prova e outras limitações de calendário. Para os estudantes negros e indígenas, os prazos para a integralização dos cursos e os critérios como IRA ( índice de rendimento acadêmico) para a concessão de alguns benefícios e outras bolsas. Havia também o problema de que os alunos que recebiam bolsas de permanência não poderiam receber outras bolsas, como PIBIC, Monitoria, PIBID. Esse problema depois foi contornado, podendo o aluno que recebesse bolsa permanência – por ser pobre – ter direito a uma dessas outras bolsas também. Mas, aqui, a solução foi universal.

Ainda em 2018, uma técnica de nível superior defendeu tese de doutorado no Setor de Educação, sobre a Educação Superior indígena na UFPR. Ela fez um texto bastantes crítico, apontando uma serie de problemas, inclusive a piora das condições oferecidas aos estudantes indígenas durante a atual gestão. O Texto foi aprovado, mas não agradou muito aos responsáveis por essa política nas Pro reitorias. A autora acabou sendo afastada das reuniões dos Núcleos e continua trabalhando com Políticas afirmativas, mas com outras pessoas em outros lugares.



Creio que esses exemplos mostram bem as limitações da implementação destas políticas dentro da Universidade. Institucionalmente, aqui não se está no lugar da Extensão Universitária, a proreitoria de Extensão, que trabalha com a vida cultural da Universidade. Na Proex, as culturas indígenas e negras são objeto de ações e intervenções, seja através dos Museus da Universidade, seja através dos seus programas de Extensão. O que permite colocar novamente a questão inicial, as políticas afirmativas voltadas para Negros e Índios são exatamente o que dentro da Universidade. Não são apenas espaço de Ensino, já que estabelecem um tipo diferenciado de estudante, mas não um tipo diferenciado de ensino para este estudante, e aqui me parece estar a grande questão. Tais iniciativas pediriam uma série de atividades de extensão voltadas para estes grupos, como minicursos e acompanhamentos, realizados de maneira permanente, para serem bem-sucedidos. Como vimos, todavia, embora pesquisas possam ser realizadas em torno destas políticas, seus resultados não são devidamente apreciados. Os temas abordados aqui apontam para a necessidade da reflexão antropológica acompanhando a implementação destas políticas, mas, na prática, os pesquisadores que tem trabalhado com essas políticas, antropólogos ou não, se limitam a uma posição de intermediários entre a Burocracia Universitária e os estudantes beneficiados por elas, uma posição bastante incômoda e desgastante.

Eu mesmo, depois que terminei este texto, tomei a decisão de me desligar do Comitê gestor da Educação Indígena, já que me vi numa posição muito hipócrita de , num dia ter que receber bem os estudantes, dando as boas vindas em nome da Universidade e depois ter que tentar explicar para eles como e porque as coisas não funcionam de maneira a favorece-los. Esta estrutura burocrática de poder precisa de pessoas que façam esse tipo de papel, há muita manipulação e um uso de pessoas bem-intencionadas nesse sentido. Felizmente é possível sair, lamentando o sofrimento pelo qual esses estudantes são obrigados a passar para terem sua formação universitária.